

A EXPANSÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PELAS FRONTEIRAS REMOTAS DA AMAZÔNIA (1870-1889)

*Irma Rizzini**

Resumo: O interesse desse estudo concentra-se nas propostas e nos programas educacionais dirigidos à população pobre das províncias do Amazonas e do Pará. A população dispersa pelo imenso território constituía um obstáculo à difusão da instrução, argumento explorado exaustivamente pelos administradores em seus relatórios. Elegeu-se a escola primária pública como uma instituição importante para análise, por sua inserção nos lugares mais distantes e pouco povoados da região. O objetivo consistiu em analisar a trajetória da expansão da instrução pública primária nas províncias amazônicas, no período de 1870 a 1889, problematizando as estatísticas escolares do período e articulando-as aos debates, embates e às práticas educacionais na região.

Palavras-chave: Instrução pública. Estatística escolar. Amazonas. Pará. 1870-1889.

THE EXPANSION OF PUBLIC EDUCATION THROUGH THE REMOTE BORDERS OF THE BRAZILIAN AMAZON (1870-1889)

Abstract: This article focuses on the educational proposals and programs aimed at the poor people within the provinces of Amazonas and Para. The population dispersed throughout the vast territory was an obstacle to the diffusion of education, an argumentation exhaustively explored by administrators in their reports. Public elementary schools were chosen as important institutions for analysis in this study, for its insertion into the most remote and sparsely populated villages of the region. The objective was to analyze the trajectory of the public elementary education expansion in Amazonian provinces from 1870 through 1889. Therefore, it was necessary to discuss the educational statistics of the period, linking them to the debates, conflicts and educational practices in the region.

Keywords: Public education. Educational statistics. Amazonas. Pará. 1870-1889.

* Doutora em História (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Queremos a instrução primaria derramada por todos os angulos, por todas as cidades, por todas as villas, aldêas, freguezias, povoações da provincia. Onde houver um folego humano para quem o alfabeto for um phantasma, um enigma indecifavel, ahi queremos um professor. Porque só assim attingiremos o pé de nação civilisada, porque enfim só a luz da instrução pode libertar o povo brasileiro da ignorancia em que se debate... (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 10/08/1876).

A citação acima, do jornal liberal *A Província do Pará*, expressa a aspiração dos homens ilustrados da época, imbuídos da importância de estender a instrução popular aos mais longínquos lugares do país. Na Amazônia, esse anseio trazia consigo o desafio das enormes distâncias que separavam as povoações de suas duas províncias, o Pará e o Amazonas. A população dispersa pelo território, dedicada às atividades extrativas e à pequena agricultura em sítios afastados dos núcleos populacionais, constituía um obstáculo à difusão da instrução, argumento explorado exaustivamente pelos administradores em seus relatórios.

O interesse desse estudo¹ concentra-se nas propostas e nos programas educacionais dirigidos à população pobre das províncias do Amazonas e do Pará, composta principalmente por caboclos, tapuios, índios e migrantes nordestinos². O objetivo consiste em analisar a trajetória da expansão da instrução pública primária, nas províncias amazônicas, no período de 1870 a 1889, problematizando as estatísticas escolares do período e articulando-as aos debates e às práticas educacionais da região. Busca-se analisar os significados da propagação da instrução popular para os governos das províncias, tendo como base principal as estatísticas da instrução pública e as representações a respeito desses números, expressas na documentação pesquisada.

As fontes são constituídas por relatórios presidenciais e dos diretores da instrução pública, mapas escolares, o Censo de 1872, jornais diários, livros e artigos de periódicos de cunho educacional. Os dados apresentados nas tabelas foram agregados para atender às especificidades da pesquisa, ou seja, a discriminação entre os dados educacionais concernentes aos povoados e cidades do interior e os arrolamentos das capitais. As incongruências e falhas referentes aos números expostos nas tabelas estão registradas nas notas finais.

Algumas das questões pertinentes à disseminação da educação popular da região são comuns às discussões nacionais a respeito da instrução primária e da educação do povo; outras estão relacionadas à especificidade regional, pelo território e pela população que compõem as províncias; outras são pertinentes a cada província em particular. As discussões sobre as práticas educacionais das duas províncias são apresentadas de forma articulada, porém respeitando suas

fronteiras e deixando entrever as relações entre o local, o nacional e o internacional (os chamados “países cultos”).

DISSEMINAR A CIVILIZAÇÃO PELAS FRONTEIRAS REMOTAS DA AMAZÔNIA

Ao abrir a sessão na Assembleia Provincial, de 1870, o tenente-coronel Wilkens de Mattos expressou o desejo de “disseminar a civilização pelas fronteiras remotas” do Amazonas (AMAZONAS, 25/03/1870, p. 13). Até o final da década, os governantes do Pará e do Amazonas estarão empregando, em seus discursos, os termos disseminar, difundir, propagar e estender a instrução a todos: às “classes populares”, às “massas” e às “mais longínquas localidades”. Estando estabelecida, na legislação e nas práticas educacionais dos governos das duas províncias, a *forma escolar*, o desafio da década tornou-se a consolidação das “escolas regulares” e a sua expansão aos lugares distantes e pouco povoados (PARÁ, 04/01/1881, p. 60).

O conceito de forma escolar remete ao surgimento de um novo espaço educacional e socializador, a partir da criação de uma maquinaria escolar, articulada aos objetivos formadores dos Estados, inicialmente europeus, do século XVI em diante. Alessandra Schueler (2002, p.4) lembra que,

[...] no Brasil, apenas no século XIX, com o processo de formação do Estado independente e com a formação do Império, a educação pública foi sendo lentamente construída, iniciando-se um processo tenso de constituição da escolarização e de afirmação da forma escolar como meio de socialização e governo da população³.

De modo algum, esse processo se constituiu linearmente, buscando vencer o “atraso” da instrução no país, rumo a um ideal de “progresso” escolar, identificado com as experiências europeias e norte-americanas. Resistências, conflitos e a diversidade das práticas pedagógicas caracterizaram a implantação e a implementação da forma moderna de educação da população, que coexistiu com outras formas, como o ensino doméstico e o promovido por instituições religiosas. As práticas tradicionais de socialização talvez tenham sido as mais resistentes ao modelo escolar, por este “competir” com as famílias, tutores e protetores, ao usurpar as crianças na ocupação do tempo e do espaço, e tentar impor um aprendizado que nem sempre era o mais valorizado em seu meio ou que garantisse a reprodução familiar. Na Amazônia, como em outras regiões brasileiras, o processo de afirmação e expansão da forma escolar sofreu reverses

vindos de todas as partes e pela própria diversidade da constituição étnica e cultural da população. É fácil imaginar os obstáculos enfrentados para manter escolas no alto interesse de todos, especialmente no interior.

A tolerância legal para a manutenção de escolas com poucos alunos constituiu uma das medidas adotadas para atingir esse fim. No Amazonas, bastava ter quinze alunos para se criar uma escola, e no Pará, escolas elementares podiam ser criadas nas pequenas povoações disseminadas pelos rios e igarapés, desde que reunissem dez meninos ou dez meninas⁴. É importante ressaltar que as propostas e iniciativas não encontravam unanimidade entre os diferentes governos, entre deputados liberais e conservadores nas Assembleias Provinciais e entre o Executivo e o Legislativo, acarretando conflitos e boicotes às medidas tomadas por cada parte⁵.

No decorrer da década de 1870, os governos passaram a explicitar com mais clareza os objetivos políticos da disseminação da instrução pública, tais como “formar dessas massas bons cidadãos com consciência de seus direitos e deveres e mães de família” (PARÁ, 15/2/1876, p.17). Encaminhar os indivíduos pertencentes à “grande classe popular” constituía o objetivo dos mentores da instrução pública do Amazonas desse período, nos aspectos mais estratégicos para uma população tida por arreada à civilização e afeita à vida errante. Assim, o presidente Domingos Jacy Monteiro, em poucas palavras expressou o que esperava da instrução do povo amazonense:

É de mister desenvolver pari passu n’esta gente o sentimento de família e o desejo da propriedade, dois dos moveis mais poderosos para o progresso social. (AMAZONAS, 26/5/1877, p. 43).

Sentimento de família e desejo de propriedade são dois valores relacionados à vida sedentária, almejada para essa população – índia e tapuia –, dentro de uma ótica da vida moderna, marcada pelo controle do uso do tempo e do espaço. É importante ressaltar que a grande maioria das referências às famílias indígenas ou tapuias não reproduzia a visão da falta de sentimento de família; ao contrário, afirmava-se frequentemente o forte elo entre pais e filhos, levando, sim, a uma crítica velada às relações familiares dessa população, por prejudicar os objetivos educacionais do Estado. Alegava-se que o “atraso” da instrução, nas províncias amazônicas, se devia ao modo de vida da população, que carregava os filhos consigo nos deslocamentos exigidos pela atividade extrativista. O presidente Jacy Monteiro estava referido a uma moral orientadora das relações familiares, dentro de uma perspectiva cristã e calcada nos valores culturais ocidentais. As observações etnográficas dos viajantes, nas mais diversas regiões brasileiras, demonstraram

largamente os cuidados e o apreço dos pais pelos filhos. Não há referência ao abandono de crianças, nessa época, nos espaços urbanos amazônicos, embora, nos orçamentos anuais, estivessem previstas verbas para a criação e o tratamento de expostos pelas câmaras municipais das cidades e vilas. No entanto, o abandono não deve ter atingido uma dimensão que sobrecarregasse as municipalidades, pois Belém e Manaus não instalaram rodas de Expostos, como ocorreu em várias capitais e cidades do Império, desde o século XVIII⁶.

A viagem do presidente do Amazonas ao interior, em 1877, é um entre vários exemplos de como os governantes buscavam realizar o desígnio civilizador junto a seus governados, sem desprezar o catequizador, em se tratando de uma região com importante parcela de índios que mantinham seus costumes e tradições. Inspirado pelo objetivo de levar um pouco de luz aos habitantes do interior do Amazonas, Domingos Jacy Monteiro empreendeu uma visita a diversas vilas, cidades e freguesias da província amazonense, atendendo às “queixas de seus habitantes”, conforme noticiou o jornal conservador paraense *A Constituição*. O dirigente, acompanhado dos mais caros símbolos da civilização cristã, visitou as repartições e as escolas públicas, cumprindo o cerimonial do exame pessoal de alguns alunos, adentrou as malocas dos índios, abordando-os com brindes e com a música dos meninos do Instituto de Educandos Artífices⁷, sem se esquecer de proporcionar o sacramento do batismo a avultado número de crianças *Maués*, que “viviam como verdadeiros bugres” (*A Constituição*, 19/02/1877). A visita exemplar do administrador é aqui descrita como uma ilustração da disposição dos governos da região para incorporar ao cômputo de seus governados aqueles que, por possuírem outros modos de vida, cultura e língua, permaneciam à margem dos poderes públicos e da benção dos religiosos.

Os anos 1880 testemunham o apreço pelo aumento da “força do Estado” e pela afirmação da nacionalidade.⁸ Alguns presidentes e diretores de instrução pública das duas províncias associaram o recrutamento forçado ao ensino obrigatório, ressaltando o patriotismo das duas medidas, ao preparar os filhos da pátria para servir à nação, seja pegando em armas ou servindo nos cargos públicos. Tratava-se de uma expectativa bastante concreta com relação aos resultados da instrução, principalmente para a região, carente de funcionários preparados para representar o Estado nas localidades distantes das duas imensas províncias. São várias as referências, na documentação, à importância da escola para o fornecimento de pessoal para as funções públicas⁹. Combater a indiferença da população pelos negócios públicos, favorecendo as alianças em prol dos interesses dos governos na administração das províncias, é um fim que aparece nos escritos da instrução pública.

Paralelamente aos apelos às assembleias em prol da expansão desse “importante ramo do serviço público”, as autoridades buscaram implementar

um modelo escolar, nem sempre consoante com as práticas educacionais do professorado. Wilkens de Mattos, no mesmo discurso em que anunciou a intenção de estender as fronteiras educacionais do Amazonas, informa ter uniformizado a instrução, chegando a afirmar que em toda a província se ensinava e se aprendia o mesmo que na capital, impedindo que cada professor fizesse o que bem entendesse, como vinha ocorrendo (AMAZONAS, 25/03/1870, p. 13). Na gestão de Mattos, aprovou-se novo regulamento da instrução pública, o qual previa a elaboração do regimento interno das escolas públicas pela Diretoria de Instrução e proibia o emprego dos castigos corporais, prática já abolida por diversas províncias, inclusive a do Pará¹⁰. Entre as décadas de 1870 e 1880, as duas províncias instalaram escolas normais em suas capitais. Entretanto, a homogeneização do ensino, de acordo com as regras impostas pelas diretorias de instrução pública, calcadas, por sua vez, nas normas legais, jamais alcançou o grau esperado pelos poderes públicos.

Os governos enfrentaram inúmeros empecilhos no esforço de tornar as escolas espaços sob o controle do poder público, em contraposição ao seu uso privativo pelos professores e pelas famílias. As escolas públicas primárias das duas províncias eram do tipo 'isolada', ou seja, cada escola tinha um professor que regia uma aula, atendendo a alunos de várias idades, na faixa etária que podia ir dos 6 aos 15 anos¹¹. Escolas com grande número de crianças podiam ter o auxílio de um adjunto. A casa era alugada pelo professor ou professora, que morava com a família, reservando um espaço para a função pública. A escolha da casa cabia ao mestre, levando os visitantes das escolas à denúncia de que, em geral, as residências eram acanhadas, anti-higiênicas e sem ventilação. No interior, faltavam habitações apropriadas, levando, em alguns casos, à instalação de escolas em verdadeiras palhoças. A falta de utensílios, de mobílias e de livros levava os professores a utilizarem o que tinham à mão e ao que estavam habituados. Os meios disciplinares, volta e meia, extrapolavam o permitido por lei, fazendo com que as crianças aprendessem sob o jugo do "terror do mestre".

As famílias, especialmente as das povoações mais distantes, emergem da documentação como ignorantes e indiferentes à instrução dos filhos, devido à falta de educação escolar. Aos filhos dessa "população mais rude", retirados da escola dominando somente os rudimentos da leitura e da escrita, propunha-se reduzir o ensino ao mais estritamente necessário, tornando-o diferenciado daquele regido nas escolas da capital (AMAZONAS, 25/03/1871, p.2). No Amazonas, não foram poucos os que enxergaram, no internato, a única alternativa para impedir que as crianças dessas regiões, principalmente as indígenas, fossem afastadas das escolas. O que resultou na prática, tanto no Amazonas quanto no Pará, foi a implementação de duas categorias de escolas: as elementares ou provisórias, de provisão interina,

que atendiam aos mais “desfavorecidos da fortuna”, e as efetivas, predominantes na capital, cujo ensino era favorecido por professores e professoras de melhor formação. Essa situação foi claramente captada pela estatística escolar, quando, no 2o trimestre de 1888, dos 2.107 alunos que frequentavam as escolas provisórias no Pará, 2.017 estudavam fora da capital (PARÁ, 02/02/1889, Anexo 2).

OS NÚMEROS DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA PÚBLICA NA AMAZÔNIA

Nas duas últimas décadas do Império, houve, por parte dos governos amazonenses e paraenses, intensa mobilização em prol da instrução elementar, especialmente a partir de 1875, quando os relatórios provinciais registram significativo aumento no número de escolas e de alunos matriculados. Os dados escolares, divulgados pelas diretorias de instrução baseiam-se nos mapas enviados pelos professores públicos, foram considerados, quase unanimemente, irrealistas, pois, muitas vezes, o professor anotava o número de alunos matriculados, mas não os que efetivamente frequentaram as aulas, como era esperado. Não era ocorrência incomum professores e professoras fraudarem os mapas de forma a manter o número mínimo exigido por lei para manter a escola em funcionamento ou para conservar a sua posição na hierarquia escolar, sobretudo nos lugares mais distantes onde as visitas escolares aconteciam esparsamente. Por outro lado, a não contagem do número total de alunos, nos casos de professores que não enviavam seus mapas, incidia costumeiramente sobre as estatísticas escolares, a despeito das punições previstas nos regulamentos. Ora se usava, nos relatórios, o termo “alunos matriculados”, ora “frequência de alunos”, nem sempre com a devida diferenciação.

Os dados escolares apresentados pelas diretorias da instrução pública não refletiam a situação educacional das províncias no todo, pois, geralmente, só contabilizavam as escolas criadas pela administração provincial, excluindo-se as escolas particulares, as escolas das missões indígenas e os meninos e as meninas que recebiam a instrução elementar em casa. Falhas na estatística escolar ocorriam na instrução pública de todo o Império, gerando análises e críticas contundentes, como as realizadas por Rui Barbosa, no Parlamento brasileiro, em 1882, e por José Veríssimo, autor de obras como *A educação nacional* (1890).

Rui Barbosa alerta para a confusão entre os termos matrícula e frequência escolar, afirmando que “todas as estatísticas brasileiras organizadas oficialmente, o que de fato consignam, é o número dos alunos alistados na escola, e não o dos que efetivamente a povoam.”¹² O paraense José Veríssimo (1892), envolvido com o tema da educação popular, no Pará, desde os tempos do Império, queixa-se da insuficiência de registros e dados estatísticos sobre a educação no país, no seu

relatório sobre a instrução pública no Estado do Pará, em 1890: “Os inqueritos, as inspecções, as monographias, os pareceres, as estatísticas comparadas que desde muito são, em todos os paizes verdadeiramente cultos [...] fallecem-nos a nós totalmente.” (p.6). Essa discussão é pertinente para uma outra fonte utilizada neste estudo: o Recenseamento Geral do Império de 1872. A categoria “frequentam escolas”, do Censo de 1872, abrangia a população em idade escolar, ou seja, os meninos e as meninas livres, entre os 6 e 15 anos, que estavam na escola. É razoável supor que ela englobava duas situações: aqueles que efetivamente frequentavam escolas e os que estavam matriculados, mas não as frequentavam ou faziam-no de forma intermitente.

A documentação oficial das províncias do Pará e do Amazonas anuncia o firme propósito de disseminar a educação e a instrução pelo interior amazônico (expansão geográfica) e de estender o seu alcance às mais diversas categorias sociais da população mais pobre (expansão social). Nas duas últimas décadas do Império, a instrução se expandiu para outras categorias sociais, profissionais e de gênero. No que se refere ao gênero, é notável o crescimento do número de alunas, nas capitais do Pará e do Amazonas.¹³ O Censo de 1872 já havia captado, para a cidade de Belém, o fenômeno da maior incidência de meninas estudando do que meninos. Na cidade de Manaus, predominavam os meninos, nas escolas, situação que não perduraria, como mostram os dados escolares de 1877. No interior, a presença das meninas nas escolas era significativamente menor, sugerindo as diferenças de mentalidade com relação à importância de alfabetizá-las e de educá-las para além dos conhecimentos fornecidos pelo contexto doméstico. O presente trabalho se atém a analisar a expansão geográfica da escola pública.

Os dados do Censo de 1872, relativos à frequência à escola, são utilizados para a análise da situação educacional, no início da década de 1870, alertando o leitor de que o recenseamento reúne os números do ensino público e particular. Dessa forma, esses índices são ligeiramente superiores aos apresentados pelas diretorias de instrução pública das províncias. O Censo Imperial relaciona os dados por paróquias e totaliza-os, no final, pelos municípios com as respectivas paróquias. Os municípios de Belém e de Manaus eram formados por doze e seis paróquias, respectivamente. O Pará tinha 32 municípios e 71 paróquias ou freguesias no todo, e o Amazonas, sete municípios e 22 paróquias ou freguesias. Pelo recenseamento de 1872, o Pará tinha 275.237 habitantes, e o Amazonas, 57.610, números questionados pelos contemporâneos e pela historiografia da região. O recenseamento, realizado por determinação do governo central, deparou-se com falhas flagrantes, fartamente identificadas nos relatórios provinciais, especialmente nos amazonenses. O abandono das povoações em função das

atividades laborais da população, em determinados períodos do ano, é um dos fatores que contribuiu para a subcontagem dos habitantes. Outro aspecto apontado refere-se ao não arrolamento da população indígena.¹⁴ O Censo não contabilizou os índios “não domesticados”, isto é, os diversos grupos autônomos, que preservavam a identidade étnica.

Os dados estatísticos são utilizados, neste trabalho, como um perfil aproximado do investimento público na instrução popular, sem desconsiderar as interpretações e os usos das estatísticas pelos governos, opositores políticos e especialistas em educação. Compreende-se que “as estatísticas são *maneiras de ler* o mundo profundamente comprometidas com os princípios da racionalidade moderna e com os modos de governo das pessoas e da realidade social como um todo.” (FARIA FILHO, 2005, p. 235).

A EXPANSÃO GEOGRÁFICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA

O Censo Imperial, de 1872, revela que o Amazonas e o Pará concentraram suas escolas nos municípios das capitais. Conforme a distância do centro político e econômico de cada Província aumentava, diminuía a frequência escolar. Os percentuais expõem um baixo grau de escolarização das duas sociedades, contudo correspondiam à situação da maioria das províncias brasileiras. Nesse momento, o Pará e o Amazonas não apresentavam índices muito destoantes de frequência à escola, isto é, cerca de 14,9%, no primeiro caso, e 12,5%, no segundo. Fora dos municípios das capitais, a queda na frequência é sensivelmente mais acentuada, conforme mostram os percentuais abaixo. Os dados da população em idade escolar mostram que, no caso do Amazonas, a maior concentração de alunos no município da capital é justificada pelo fato de nele residirem mais da metade das crianças entre 6 e 15 anos da Província.

Tabela 1 – Amazonas: Frequência à escola da população livre em idade escolar (6 a 15 anos), segundo o Censo de 1872.

Amazonas	Totais	
	Concentração da população em idade escolar (1)	Frequenciam escolas
Paróquia de Manaus	32,62%	18,86%
Município de Manaus (2)	53,23%	15,27%
Outros municípios	46,77%	9,44%
Amazonas	100,00%	12,54%

(1) Percentuais em relação ao total da Província.

(2) O Município de Manaus (6 paróquias) abrange a Paróquia de Manaus.

Tabela 2 – Pará: Frequência à escola da população livre em idade escolar (6 a 15 anos), segundo o Censo de 1872

Amazonas	Totais	
	Concentração da população em idade escolar (1)	Frequêntam escolas
Cidade de Belém	12,30%	23,90%
Município de Belém (2)	23,16%	22,44%
Outros municípios	76,84%	12,66%
Pará	100,00%	14,93%

(1) Percentuais em relação ao total da Província.

(2) O Município de Belém (12 paróquias) abrange a Cidade de Belém (4 paróquias).

As estatísticas das diretorias de instrução pública para períodos posteriores confirmam a tendência da maior escolarização nas capitais e nos núcleos populacionais de seus municípios ou comarcas. As tabelas da distribuição das escolas públicas e dos alunos por comarca indicam que as comarcas das capitais do Pará e do Amazonas estavam à frente, nos esforços educacionais. O Pará possuía 14 comarcas, em 1881, e o Amazonas cinco, em 1877. Cada uma abarcava extensa área geográfica, com vilas, freguesias, povoações e, em menor número, cidades. As das capitais tinham o maior número de centros populacionais, e abrigavam a capital de cada província, não esquecendo que comarca da capital é uma categoria bem mais ampla do que capital da Província, abrangendo áreas urbanas e rurais.

AMAZONAS

Em 1877, a comarca da capital do Amazonas contava com nove núcleos populacionais, englobando 21 escolas e 712 alunos, tendo Manaus oito escolas e 385 matriculados. As 27 escolas restantes se situavam nas comarcas de Itacoatiara, Parintins, Solimões e Rio Negro, com 642 alunos. No total, 969 alunos estudavam fora da capital da Província. Ao todo, existiam 1.364 alunos e, ao final do Império, esse número chegou a 3.534.¹⁵ Desses, 1.783 estudavam no município da capital, distribuídos por 49 escolas. Manaus já contava com 23 escolas públicas primárias, em 1889, atendendo a 1.104 alunos. Através do mapa apresentado pela Secretaria de Instrução Pública, no ano de 1877, percebe-se que a maior parte das escolas amazonenses situava-se em pequenos núcleos populacionais que, embora pudessem distar dias de barco da capital, estavam longe de corresponder a uma ampla disseminação da instrução pelo interior da Província (AMAZONAS, 25/08/1878, AC-2, p. 89, Mapa 3).

Comparando os dados educacionais de 1877 com os de 1888/1889, verifica-se que Manaus quase triplicou o número de escolas. Dos núcleos populacionais, a capital conheceu maior crescimento da instrução primária, presente em nove bairros ao final do Império. Pelos recenseamentos gerais de 1872 e de 1890, é possível observar que Manaus vivenciou um crescimento demográfico alto, no período, duplicando a sua população. Apesar desse dado, a cidade não chegou a transformar sua feição urbana, o que viria a ocorrer, posteriormente, no governo do engenheiro militar Eduardo Ribeiro, nos anos 1892 a 1896 (DAOU, 2000). Todavia, ainda nos anos 1880, a riqueza gerada da comercialização em torno da borracha acarretou novas demandas de serviços públicos e privados, entre eles, os educacionais. A constituição da elite amazonense da borracha forjou o surgimento dos símbolos de uma desejada civilização, como o teatro, o mercado, a praça, o estabelecimento dos educandos, os bailes e os banquetes (DAOU, 1998).

Da mesma forma que a melhoria da educação escolar, o refinamento dos costumes e dos gostos revelava sinais de diferenciação social. Sob o governo do liberal José Lustosa da Cunha Paranaguá (1882-1883), os números de escolas e de alunos do Amazonas mais que dobraram, como está demonstrado na Tabela 3. Essa tendência de crescimento é revertida em 1885, quando os conflitos gerados pela retomada do poder pelos conservadores repercutiram diretamente no ensino. A recuperação dos patamares educacionais de 1883 e 1884 só ocorrerá nos dois últimos anos do Império.

Tabela 3 - Instrução Pública no Amazonas (1852-1889).

Ano	Escolas				Alunos			
	Masculinas	Femininas	Mistas	Totais	Meninos	Meninas	Mista	Totais
1852	7	-	-	7	107	-	-	107
1858	18	4	-	22 ¹⁶	448	66	-	514
1860	19	5	-	24	440	85	-	525
1870	24	8	-	32 ¹⁷	373	171	-	544
1877	25	16	1	42 ¹⁸	974	390	-	1.364
1878	28	19	-	47 ¹⁹	760	266	-	1.026
1883	-	-	-	92	-	-	-	2.470
1884	58	32	8	90	1.964	1.190	-	3.154
1885	52	33	6	91	926	325	-	1.251 ²⁰
1888	58	44	14	116	1.238	912	249	2.399 ²¹
1889	-	-	-	124	-	-	-	3.534

Fontes: AMAZONAS: 07/09/1858, Anexo F, Mapa 2; 25/03/1870, p. 14; 1871, Anexo IV-1; 25/08/1878, p. 17; 29/03/1879, p. 24; 25/03/1883, p. 27; 25/03/1886, Anexos, p.20-21, Doc. nº 4; 25/03/1885, Anexo 3, p. 3; 05/09/1888, Anexo 7 e mapa anexo; Relatório de 08/10/1889, citado por UCHOA, 1966, p. 185.

As outras localidades da comarca da capital permaneceram no mesmo estágio, embora novas escolas tenham surgido em locais em que a instrução pública era ausente, totalizando 113 escolas públicas primárias, na Província, no primeiro trimestre de 1888, 65 a mais do que as existentes em 1877. Nesse ano, a instrução pública esteve presente em 25 núcleos populacionais do interior contra 58, em 1888, indicando que a expansão do ensino não ficou restrita à capital. O quadro das matrículas do ano de 1888 mostra que houve um significativo aumento no número de localidades do interior do Amazonas com escolas públicas, a saber, três cidades, 10 vilas, 16 freguesias e 29 povoações.²² A cidade de Manaus possuía 20 escolas e, no interior, encontravam-se 93 casas escolares, abaixo relacionadas.

Tabela 4 - Número de matriculados e de escolas públicas primárias da Província do Amazonas no 1º trimestre de 1888.

Local	Nº de matriculados	%	Nº de escolas	%
Interior	1770	73,78	93	82,30
Capital	629	26,22	20	17,70
Interior	1770	73,78	93	82,30
Total	2399	100,00	113	100,00

Fonte: AMAZONAS, 05/09/1888, mapa SN.

O crescimento populacional de núcleos situados em áreas de intensa exploração extrativista repercutiu na “política” de criação de escolas. O deputado da Assembleia amazonense Braule Pinto apresentou um projeto, em 1877, propondo a criação de quatro escolas de ensino primário masculino em povoados do rio Purus, argumentando que,

[...] não existindo no vastíssimo, rico e populoso rio Purús uma só escola de ensino primario; e, concorrendo seus habitantes com elevada cifra para os cofres provinciaes, proveniente de impostos, é de inteira justiça que alguma couza se faça em seo bem estar (AMAZONAS, *Anais...*, 1877, p. 10).

PARÁ

Os dados apresentados pelas diretorias de instrução mostram que o Pará conheceu um incremento na instrução primária, no meio da década de 1870, e o Amazonas, somente nos últimos anos do regime imperial. O Pará tinha dez vezes mais alunos do que o Amazonas, em 1875, com uma população cinco vezes maior.

Com o crescimento do alunado, em meados da década de 1880, a distância entre as duas províncias voltou a diminuir.

Tabela 5 - Instrução pública primária no Pará (1840-1888).

Ano	Escolas				Alunos		
	Masculinas	Femininas	Mistas	Totais	Meninos	Meninas	Totais
1840	36	1	-	37	738	25	763 ²³
1850	38	4	-	42	1.158	134	1.292 ²⁴
1860	62	14	-	76	3.036	560	3.596 ²⁵
1870	80	27	-	107	3.778	882	4.660
1872	92	72	-	164 ²⁶	4.580	1.012	5.592
1875	-	-	-	226	-	-	10.576
1880	174	71	5	250	-	-	12.102 ²⁷
1888	-	-	-	331	-	-	16.550 ²⁸
1889	228	139	-	367	8.160	4.460	12.620 ²⁹

Fontes: PARÁ: 15/08/1840, p.19; 12/05/1860, p.9; 1870, p. 12; 05/11/1872, p.18; 15/02/1876, p. 18; 15/02/1881, p. 17; 02/02/1889, Relatório anexo; 18/09/1889, Anexo, p. 33. PARÁ, Relatório da Diretoria de Instrução Pública, 18/12/1850.

Em 1885, Belém possuía 24 escolas e, no 2o trimestre de 1888, esse número saltou para 46 escolas primárias, com a frequência diária de 1.854 alunos. Os dados mostram que 78% dos alunos das escolas públicas primárias estudavam fora da capital. Apesar de algumas omissões do mapa apresentado no relatório do diretor da instrução, em fevereiro de 1889, e dos presumíveis erros de coleta, é plausível sugerir que havia uma razoável distribuição das escolas pelo interior. Das 323 escolas relacionadas no quadro da frequência diária de 1887 e 1888, 277 funcionavam no interior e 46, na capital; ou seja, cerca de 85% das escolas do Pará estavam instaladas nas pequenas cidades, vilas e povoados da Província (PARÁ, 02/02/1889, anexo 2). A tabela abaixo apresenta a frequência diária do 1º e 2º trimestres dos anos de 1887 e 1888, respectivamente.

Tabela 6 - Frequência diária das escolas públicas primárias (diurnas) da Província do Pará no 1º trimestre de 1887 e no 2º trimestre de 1888.

Local	1º trim. 87	%	2º trim. 88	%	Nº de escolas	%
Capital	1507	21,43	1854	21,97	46	14,24
Interior	5524	78,57	6583	78,03	277	85,76
Total	7031	100,00	8437	100,00	323	100,00
Total	2399	100,00	113	100,00		

Fonte: PARÁ, 2/2/1889, Anexo 2.

O Pará não apenas acompanhava as discussões acerca da educação popular que circulavam pelo país e nos “países cultos”, mas seus governantes e legisladores promoveram reformas legislativas e a criação de um significativo número de instituições educativas, notadamente a partir da metade da década de 1870. No ano de 1884, o diretor da 2ª seção da Diretoria da Secretaria da Presidência da Província, Manoel Baena, elaborou um relatório sobre as comarcas do Pará, atendendo a um Aviso do Ministério da Justiça do ano anterior. No relatório, Baena (1885) descreve todas as cidades, vilas e povoações do Pará, pondo em evidência a cidade de Belém, sem esconder o que ele considerava *feio*, porém destacando o progresso de suas companhias urbanas, a beleza de suas edificações e o avanço da instrução.

Além da Escola Normal, o governo mantinha um liceu para o ensino secundário de rapazes, um Instituto de Educandos Artífices para meninos pobres e um colégio (internato) para órfãs e desvalidas. O número de estabelecimentos particulares de ensino primário e secundário também crescia. Manoel Baena (1885) listou quinze estabelecimentos, além do Asilo Santo Antônio, para meninas, e do Instituto Providência, para o ensino de ofícios e de agricultura aos desvalidos, iniciativas do Bispo do Pará, D. Antonio de Macedo Costa.³⁰ A indústria animada e o comércio ativo de Belém estão inseridos na descrição do autor, retratos de uma cidade dinâmica e orgulhosa de seu progresso. Os símbolos culturais estavam representados pela Biblioteca Pública e a do Grêmio Português, pelo Teatro da Paz e pelo Teatro-circo Cosmopolita, este construído em madeira para um público de 2500 pessoas, não nos esquecendo das nove tipografias que imprimiam oito jornais e um periódico. Ruas calçadas a paralelepípedos, quatorze praças, palácios, chácaras e chalés terminam por compor o quadro da Belém imperial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS SIGNIFICADOS POLÍTICOS DOS NÚMEROS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Sistematicamente, as Províncias discutiram, por meio dos relatórios oficiais e dos jornais, as suas posições no *ranking* educacional, nacional e internacionalmente, calculando a proporção entre população escolar e população em idade escolar, comparativamente a outras províncias do Império e países cultos. As estimativas e os cálculos apresentados pelas diretorias de instrução e pelas presidências baseavam-se no Censo de 1872 e nos mapas de matrícula escolar, portanto, devem ser olhados com reserva e interpretados à luz das teses defendidas por seus anunciadores.

É relevante mencionar a importância que os números da educação escolar assumem para os governos, nesse período. Eles exibem, de um lado, a valorização

dada, por determinada administração, à educação de seus governados e, por outro, expõem as dificuldades enfrentadas para investir em uma das áreas em que os discursos eram os mais exaltados – o da educação popular. Um bom exemplo desse uso dos números, nos seus polos negativo e positivo, é o do Presidente do Pará, Domingos José da Cunha Junior, em 1873. Comparando a população escolar com a população em idade escolar, ele revela o “atraso” do Pará em face dos “países civilizados”, pois, dos 49.949 indivíduos estimados entre 7 e 14 anos, somente 8.886 eram absorvidos pelo ensino público e particular, ou, pelo menos, estavam matriculados nas escolas da Província. Contudo, proporcionalmente à população total, o presidente lembra que o Pará tinha mais alunos do que as províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, as mais visíveis quando se tratava do avanço da educação no Império.³¹ O diretor Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, que passou cinco anos à frente da Instrução Pública paraense, não se esquivou de utilizar a “assustadora” estatística geral do Império para comprovar a posição privilegiada do Pará na corrida rumo à civilização. Pelas suas contas, o Pará era a sétima Província do Império, em número de alunos matriculados, e uma das primeiras, relativamente à sua população.³²

Algumas hipóteses podem ser sugeridas para explicar a diferença quantitativa na instrução pública primária das duas Províncias, observada no final da década de 1870, conforme o exposto nas Tabelas 3 e 5. A primeira delas, sem dúvida, refere-se à “juventude” da província amazonense. Ao se tornar independente do Pará, no ano de 1852, o Amazonas era uma região esquecida pelos poderes públicos, em termos da instrução de sua população. Chamada de Gigante Prostrado pelo presidente paraense, em 1840, quando informou que, na Comarca do Alto-Amazonas, só havia três escolas, a situação educacional não sofreu alterações significativas, dez anos depois. Somente três escolas do interior tinham professores e, na capital, só funcionava a escola feminina (PARÁ, 15/8/1840, p. 15; AMAZONAS, 1852, p. 37). O Pará, ao contrário, engajava-se na implementação de uma política voltada para instrução e educação populares, acompanhando a discussão, a legislação e as práticas engendradas em várias províncias brasileiras, na metade do século XIX.

Outros fatores, como a formação territorial e a concentração populacional, as atividades econômicas da população, a geração de riqueza pela Província e o emprego do dinheiro público, possivelmente, interferiram na capacidade de investimento e na obtenção de resultados na esfera da educação pública de cada Província. Esses são aspectos que nos esquivaremos de analisar, pela falta de estudos que a subsidiem e por fugirem aos propósitos dessa pesquisa.³³

NOTAS

¹ Trabalho apresentado no V Congresso Brasileiro de História da Educação (Aracajú, 2008).

² Tapuios eram índios “destribalizados”, que viviam do comércio de produtos extrativos e de pequenos serviços nos povoados (SILVA, 1996, p. 109). O Censo de 1872 incorporou as categorias de índios (tapuios) e mamelucos, utilizadas em levantamentos anteriores da região, à de caboclo.

³ A análise da autora baseia-se na operacionalização do conceito realizada por Julia Varela, Bernard Lahire, Daniel Thin e Guy Vincent.

⁴ AMAZONAS, regulamento n.17, de 28/3/1883, art.14.

PARÁ. Regulamento de 13/01/1874, art. 16. Atingindo 30 alunos, a escola se tornava efetiva.

⁵ Geralmente, a criação de escolas era atribuição das Assembleias, devendo os governos aprovar ou rejeitar as resoluções. Porém, a criação de escolas elementares ou provisórias, providas por interinos, podia ser encargo da administração provincial.

⁶ Segundo Maria Luiza Marcilio (1997, p. 52), no Brasil foram instaladas doze Rodas para o recebimento de bebês abandonados, a maioria criada no século XIX, pela Santa Casa da Misericórdia de cada cidade.

⁷ Sobre o Instituto de Educandos Artífices do Amazonas, ver ALVES, 1995; RIZZINI, 2006.

⁸ Cf. relatórios da Província do Pará, em 15 de fevereiro de 1880 e de 1883.

⁹ O diretor da instrução amazonense chega a se queixar que, em certas localidades, não se encontrava quem pudesse exercer os cargos policiais mais inferiores, devido à falta de vulgarização da instrução no interior (AMAZONAS, 25/03/1872, Anexo 3, p. 3).

¹⁰ AMAZONAS. Regulamento n. 18, de 14/03/1869.

¹¹ A escola isolada ou unidocente constituiu o modelo predominante de instituição escolar no Império. A respeito, ver GONDRA e SCHUELER (2008).

¹² Reforma do ensino primário e várias instituições complementares. Estatística e situação do ensino popular, citado por FARIA FILHO, 2005, p. 224.

¹³ Alessandra Schueler (2002) e Luciano Faria Filho (2004) observaram o mesmo fenômeno, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, respectivamente. O tema vem sendo amplamente abordado pela historiografia.

¹⁴ A respeito dos recenseamentos na Província do Amazonas, ver SAMPAIO (1997), especialmente, o tópico “1.2. Como se contam os homens na Província do Amazonas”. Agnello Bittencourt (1985 [1925]) descreve as dificuldades de recenseamento da população do Amazonas, em 1920, da mesma natureza das enfrentadas no período

imperial. Em 1883, o presidente José Paranaguá justificou a imperfeição dos dados censitários para a realização de um novo censo no Amazonas, do qual ele apresenta os primeiros resultados, não havendo, entretanto, continuidade nos relatórios seguintes. (AMAZONAS, 25/03/1883, p.43).

¹⁵ AMAZONAS. Relatório com que o Presidente Manoel Francisco Machado abriu a 2a sessão da Assembleia Legislativa Provincial, em 08/10/1889. (Citado por UCHÔA, 1966, p. 185)

¹⁵ Duas escolas masculinas e duas femininas estavam “sem exercício” (AMAZONAS, 07/09/1858, Anexo F, mapa 2).

¹⁵ Das 32 escolas, sete estiveram vagas, em 1870, e seis não enviaram informações à Diretoria de Instrução (AMAZONAS, 1871, Anexo IV).

¹⁶ Duas escolas masculinas e duas femininas estavam “sem exercício” (AMAZONAS, 07/09/1858, Anexo F, mapa 2).

¹⁷ Das 32 escolas, sete estiveram vagas, em 1870, e seis não enviaram informações à Diretoria de Instrução (AMAZONAS, 1871, Anexo IV).

¹⁸ Já considerando a extinção de 10 escolas, por determinação do Presidente da Província, e aprovada pela Lei 366, de 07/07/1877 (AMAZONAS, 25/8/1878, p. 16).

¹⁹ Das 47 escolas, seis estavam vagas. O presidente, Barão de Maracajú, usou o termo “freqüência” ao se referir ao número de alunos (AMAZONAS, 29/03/1879, p. 24).

²⁰ No tópico “Freqüência”, o número de alunos diminui mais da metade: 559, sendo 459 meninos e 100 meninas. Tal freqüência tão diminuta não se verifica em 1884, apesar da epidemia de varíola, que grassou a capital e o interior (AMAZONAS, 25/03/1886, Anexos, p. 21, doc. nº4; 25/03/1885, Anexo 3, p. 1). Dezesete escolas achavam-se vagas, em fevereiro de 1886.

²¹ Dados relativos ao 1o trimestre de 1888. Faltam os números dos “alunos matriculados” de dezenove escolas.

²² “Quadro demonstrativo da matrícula das escolas públicas da província do Amazonas relativa ao primeiro trimestre de 1888”. In: AMAZONAS, 05/09/1888, Mapa SN.

²³ O número total de alunos de primeiras letras alcançava 1.071 indivíduos ao somarem-se os 308 do ensino particular. Duas escolas primárias públicas estavam vagas (PARÁ, 15/8/1840, p. 19; 124).

²⁴ Seis escolas não apresentaram seus mapas (PARÁ. Relatório da Diretoria de Instrução Publica, 18/12/1850. PARÁ. Relações e mapas referentes às Escolas Públicas do Pará, 1829-1858).

²⁵ Oito escolas não entregaram seus mapas (PARÁ, 12/05/1860, p. 9).

²⁶ Desse total, 17 escolas femininas estavam vagas por falta de professores; sete escolas eram noturnas, com 98 alunos no todo (PARÁ, 15/02/1872, p. 18).

²⁷ Nesse valor, podem estar somados os alunos e alunas das escolas primárias particulares, pois, em 1881, havia 10.890 alunos(as) nas escolas públicas primárias, e 12.840, ao se acrescentar o ensino particular (PARÁ, 04/01/1882, p. 63).

²⁸ A frequência média era de 9.930 e a frequência diária foi de 8.918 alunos, informa o Diretor Geral da Instrução Pública, Raymundo Nina Rodrigues (PARÁ, 02/02/1889, Relatório Anexo).

²⁹ Alunos matriculados, no 1o semestre de 1889 (PARÁ, 18/09/1889, anexo, p. 33).

³⁰ A respeito do Asilo criado pelo Bispo do Pará, ver o trabalho de José Maia Bezerra Neto (1998).

³¹ PARÁ, 01/07/1873, p. 17. Cálculos realizados com base na estimativa da população total, em torno de 350 mil habitantes.

³² Relatório do diretor geral da instrução pública. In: PARÁ, 15/02/1877, Anexo 3, p. LV. O médico paraense Joaquim Pedro Corrêa de Freitas (1829-1888) foi diretor da instrução, no Pará, de 1876 a 1881, passando por várias administrações, tanto de conservadores, quanto de liberais (PARÁ, 15/02/1881, anexo A, p. V). Nos anos de 1875 e 1882, ele cumpriu comissão como visitador escolar da Província; compôs um compêndio de história e, geografia do Brasil, um paleógrafo e vários livros de leitura; foi deputado provincial, no Pará, e abolicionista (Resumo biográfico da Biblioteca Pública do Pará, mimeo).

³³ Para o período aproximadamente de 1840 a 1870/1880, temos os trabalhos de Patrícia Sampaio (1997) e Luciana Batista (2003), que informam a respeito das atividades econômicas das Províncias do Amazonas e do Pará, respectivamente. As autoras, especialmente Luciana Batista, põem em cheque a visão oficial da decadência da agricultura na região, sustentada pela premissa da total dedicação de sua população às atividades extrativas. No Amazonas, as atividades agrícolas estavam voltadas para o consumo doméstico e para o mercado interno, enquanto o Pará foi importante exportador de produtos agrícolas, como o cacau, o arroz com casca, o algodão e o açúcar. As atividades extrativas eram exercidas paralelamente ou associadas às atividades agrícolas, além da caça e da pesca.

REFERÊNCIA

AMAZONAS (Província do). Relatórios dos presidentes de província e dos diretores da Instrução Pública, 1852-1889. Disponíveis em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/amazonas>>. Acessos em: 23 nov. 2011.

AMAZONAS (Província do). Anais da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas de 1877. Manaus: Typ. de José Carneiro dos Santos, 1877.

A CONSTITUIÇÃO. [Jornal diário]. Órgão do Partido Conservador. Belém: Typ. da Constituição, [várias edições em] 1877, 1882, 1883, 1886.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. [Jornal diário]. Belém: Typ. do Futuro, [várias edições em] 1876, 1877, 1885, 1888.

BAENA, Manuel. Informações sobre as comarcas da Província do Pará, organizadas em virtude do Aviso Circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883 por Manuel Baena, director da 2ª secção da Secretaria da Presidencia da mesma Província. Pará: Typ. de Francisco da Costa Junior, 1885. (Anexo do Relatório Provincial, de 15 de outubro de 1884, S1-1 a S1-67, editado em 1885). Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1022/000032.html>>. Acessos em: 23/11/2011.

PARÁ (Província do). Relatórios dos presidentes de província e dos directores da Instrução Pública, 1840-1889. Disponíveis em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acessos em: 23/11/2011.

VERISSIMO, José. A instrução pública no Estado do Pará em 1890. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Justo Leite Chermont, governador do Estado por José Verissimo, director geral. Pará: Typ. de Tavares Cardoso & Comp., 1892.

Manuscritas

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Relações nominais e mapas referentes às Escolas Públicas do Pará. 1829-1858. Rio de Janeiro: IHGB, [várias datas]. (Coleção Manuel Barata).

Referências

ALVES, M. E. Educação, trabalho e dominação. Casa dos Educandos Artífices: 1858-1877. In: *Amazônia em Cadernos. História em Novos Cenários*. Manaus, v. 2, n. 2/3, p. 91-105, dez. 1994.

BATISTA, Luciana Marinho. Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870. 2004. 281f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2004. 281p. Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2004_mest_ufrj_luciana_marinho_batista.PDF>. Acesso em 18 abr. 2012.

BEZERRA NETO, J. M. As luzes da instrução: O 'Asylo' de Santo Antônio em Belém do Pará (1870-1912). In: MARIN, R. E. Acevedo. (Org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 185-206.

BITTENCOURT, A. [1925]. *Corografia do Estado do Amazonas*. [Ed. facsimilada]. Manaus: ACA-Fundo Editorial, 1985.

DAOU, A. M. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DAOU, A. M. *A cidade, o teatro e o "paiz das seringueiras": práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX*. 1998. 414f.

2v. Tese (Doutorado em Antropologia)—Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 1998.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. F. Educação, poder e sociedade no império brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008.

FARIA FILHO, L. M. A estatística educacional e a instrução pública no Brasil: aproximações. In: CANDEIAS, A. (Coord.). Modernidade, educação e estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX. Lisboa: Educa, 2005, p. 219-238.

FARIA FILHO, L. M. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. (Org.). História e historiografia da educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica/CNPq, 2003, p.77-98.

MARCILIO, Maria Luiza. Amas-de-leite mercenárias e crianças expostas no Brasil oitocentista. In: RIZZINI, I. (Org.). Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR/ Ministério da Cultura / EDUSU / Amais, 1997, p.143-154.

RIZZINI, I. Educação popular na Amazônia Imperial: crianças índias nos internatos para formação de artífices. In: Sampaio, Patricia; Erthal, Regina (Org.). Rastros da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia. Manaus: EDUA/CNPq, 2006, p. 133-170.

RIZZINI, I. O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. 2004. 453f. Tese (Doutorado em História)—Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro, 2004.

SAMPAIO, P. M. M. Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880. Manaus: EDUA, 1997.

SCHUELER, A. F. Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1890). 2002. 300f. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação. Niterói, 2002.

SILVA, M. C. da. O paiz do Amazonas. Manaus: EDUA, 1996.

UCHÔA, J. B. Flagrantes educacionais do Amazonas de ontem e hoje. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966.